



184ª Sessão Ordinária Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

184ª Reunião Online do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Caráter Ordinário.

15 de dezembro de 2020, Sala do Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde – SMS. Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, 6.100, Trindade, Florianópolis, SC.

Das 32 instituições que compõem o CMS, estiveram presentes 17, 13 entidades faltaram e 2 entidades justificaram a ausência. Estiveram presentes 34 participantes na condição de servidores, convidados, estudantes e comunidade em geral.

Abertura e Pauta

Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Deu início a reunião informando ser uma reunião de caráter ordinário, e solicitando para que todos acrescentassem seu nome e entidade que representam para a construção da lista de presença.

Pauta

1. Aprovação da Ata nº 182;
2. Atualização do Enfrentamento ao COVID-19 em Florianópolis;
3. Finalização da apreciação da Programação Anual de Saúde – PAS 2021
4. Atualização da situação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS
5. Informes (Secretaria Executiva, CLS, CDS e Gerais)
6. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 185

Desenvolvimento dos Trabalho

1º Ponto de Pauta | Aprovação da Ata nº 182

1.1 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Deu início a Plenária 184ª. Iniciou o regime de votação. A plenária aprovou a Ata nº 182 por unanimidade dos Conselheiros presentes.

2º Ponto de Pauta | Atualização do Enfrentamento ao Covid-19 em Florianópolis

2.1 Leandro Pereira Garcia, Coordenador do Departamento de Análise de Dados

Deu início a sua apresentação sobre a Atualização do Enfrentamento ao *COVID-19* em Florianópolis falando sobre a parte mais minuciosa da Técnica utilizada para fazer a análise da Situação do *COVID* em Florianópolis.

Informou que a apresentação já havia sido feita vinte (20) dias atrás, mas fez uma retomada começando pela caracterização do risco do COVID que é feito em Florianópolis através de duas dimensões: Gravidade e Crescimento. “Na gravidade a gente analisa como é a projeção dos óbitos por SRAG (Síndrome Respiratória Aguda Grave) nas próximas duas semanas e no Crescimento é como é a tendência para os casos, se é de subida, estabilização ou queda. E, com base nisso, a gente analisa se o risco é moderado, alto, grave ou gravíssimo”.

Mostrou também, outras três dimensões (Transmissibilidade, Monitoramento e Capacidade de Atenção) que são utilizadas para tentar compreender o porquê de o risco estar em determinado nível e onde é possível intervir.

Tratou do primeiro ponto, a Gravidade, que é analisada pelo número de óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), projeto para as próximas duas semanas. Esse número é comparado com a média de outros anos, por meio do Canal Endêmico.

Explicou que os óbitos para as próximas duas semanas não deveriam ser superiores a meio óbito, e que a projeção de óbitos por semana em Florianópolis está em 28. Falou que, se tudo se mantiver como está no final do ano esperam que tenham em torno de 314 óbitos por SRAG no Município. Falou também, que quando a gente pensa em uma doença única, a *COVID* é a doença que mais matou em 2020.

Sobre a dimensão do Crescimento, contou e demonstrou através de gráficos que tivemos um “pico” a mais ou menos uma semana e é necessário analisar, porque não se sabe se é uma queda real ou se está estabilizado, existe um intervalo de incerteza grande. Ainda assim, temos um número significativo de casos por dia. Com isso, trouxe que estão com grande dificuldade no E-SUS (estratégia do Departamento de Saúde da Família para reestruturar as informações da Atenção Primária em nível nacional) que já não recebe mais dados, o que impacta frontalmente as projeções. Sabe-se que está alto, mas não é possível dizer com certeza em que direção está.

“Quando a gente junta as duas dimensões: Gravidade e Crescimento, Florianópolis ainda está com risco gravíssimo. Quando a gente passa para as outras três dimensões, que são

as dimensões explicativas, na Transmissibilidade, a gente vê uma redução no número de casos dessa semana para a semana passada”. “Agora, quando a gente analisa a Infectividade, que é a quantidade de casos ativos por 100 mil habitantes, a gente tem um número ainda muito alto, quase seis vezes maior do que seria considerado Gravíssimo pelo Estado”.

Ponderou que realmente, a situação é muito delicada por causa da quantidade de pessoas transmitindo o vírus na Cidade.

Analizou a parte de Monitoramento e informou que Florianópolis está com uma capacidade muito baixa para captar novos casos, acontece que a quantidade de novos casos é tão grande que não é possível encontrar e achar todos. Reiterou que Florianópolis tem hoje dez (10) vezes menos capacidade de testagem do que o considerado ideal, devido à quantidade ingerenciável de casos, que deixa o tempo de investigação de casos muito alto.

Abordou a questão da Capacidade de Atenção, onde no momento o município tem 95,65% dos leitos de UTI ocupados, pontuou que esse número é referente ao SUS Adulto, e alertou ,”ou seja, virtualmente não temos mais leitos de UTI na Grande Florianópolis, o que significa ser necessário a transferência de pacientes, o que eleva as chances de mortalidade”.

Destacou mais uma vez, que o Sistema de Saúde tem pouco a contribuir, nas atuais condições e que é necessário, medidas que promovam real distanciamento social, para se evitar a projeção de óbitos projetada para o final do ano.

2.2 Josimari Telino, Conselheira Representante Universidade Federal de Santa Catarina

Saudou a todos e agradeceu a apresentação de Leandro.

Questionou se com a manutenção do estado gravíssimo, qual vai ser o posicionamento da Prefeitura frente a essa situação, além da decisão a nível estadual de ampliar a capacidade para 100% em hotéis.

Esclareceu que o E-SUS não está aceitando os dados, mas o município tem os dados originais, e que caso a situação permaneça, levantou o questionamento de como será atualizado o infográfico.

2.3 Leandro Pereira Garcia, Coordenador do Departamento de Análise de Dados

Destacou que não tem informações para responder ao primeiro questionamento.

Sobre o segundo questionamento, informou que está se trabalhando para resolver essa questão, e que se não for possível resolver com o Ministério, será feito por dentro do CELK (Sistema de Informação da SMS).

2.4 Priscila Valler, Diretora da Vigilância em Saúde

Abordou o primeiro questionamento feito por Josimari Telino, informou que a notícia de ampliação da capacidade em hotéis foi recebida com surpresa, pois até então conforme

Portaria atual, essa capacidade seria de 30% em nível gravíssimo. Pontuou que foi iniciada uma ação na rede hoteleira de orientação para as medidas sanitárias, de orientações para o *réveillon*, e que estão aguardando a publicação da Portaria do Governo do Estado para se analisar a normativa, entretanto essas ações citadas já estão sendo feitas junto a rede hoteleira.

2.5 Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul

Saudou a todos, e enfatizou o questionamento de Josimari Telino, “parece que vivemos em um ambiente surrealista”, pontuou que as decisões do executivo em todos os níveis federativos, estão indo contra a orientação dos profissionais da Saúde, “e eu não consigo entender”. Questionou o que o Conselho pode fazer, frente a essas ações irresponsáveis.

2.6 Roseane Lucia Panini, Associação de Moradores do Campeche

Saudou a todos, declarou que fica “consternada” com a projeção de mortos, além da superlotação dos leitos de UTI. Trouxe um depoimento como moradora do Campeche, onde relatou aglomerações e até mesmo ausência no uso de máscaras em praias, e que mesmo antes da decisão do Governo Estadual em relação a rede hoteleira, ela já observa na prática isso acontecer há algum tempo.

Relatou que ações dentro do Bairro estão sendo tomadas, para tentar minimizar o quadro, pois não estão sendo feitas ações por parte do executivo.

2.7 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Comentou que o conselheiro Emerson de Jesus Duarte, sugeriu uma Resolução onde o CMS se manifeste e registre seu posicionamento frente ao atual quadro, cobrando uma ação do Poder Público frente ao quadro atual do Município, para se colocar em votação até o final da Plenária. (Anexo 2)

2.8 Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde

Pronunciou que todos sabem que a situação atual se passa pelo “cansaço” da população frente às medidas restritivas, e que as medidas restritivas e protocolos sempre se mantiveram. Destacou a pertinência dos levantamentos, mas que há contestação o negacionismo por parte da população à essas normas, o que acaba dificultando a fiscalização.

Mencionou que o que está se fazendo primeiro, do ponto de vista técnico, onde serão obedecidas as orientações do COIS, decisões essas tomadas em conjunto por todas as macrorregiões. Continuou ressaltando a ampliação da capacidade de testagem, que estão sendo contratadas mais dez (10) pessoas para a Vigilância em Saúde para se fazer o acompanhamento e controle dos dados, além de um edital estar aberto para ampliar ainda mais a capacidade de testagem do Município.

Por fim Relatou que a Polícia Militar informou não ter efetivo suficiente para efetuar uma fiscalização mais rígida sobre o decreto que não permite ida à praia.

Proferiu que em relação a rede hoteleira, o Governador Carlos Moisés aumentou a aglomeração em hotéis para se evitar as aglomerações em reservas clandestinas que não respeitam qualquer norma do protocolo de segurança de distanciamento, pois a legislação não permite protocolos dentro dessas casas individuais.

Finalizou, destacando a preparação da Rede de Saúde dentro das possibilidades, frente a demanda atual, aumentando a capacidade de testagem, identificação e fiscalização, além de obedecer às orientações do COIS, conforme decisão judicial. Sobre uma possível carta ao Prefeito, informou que acha legítima a ação, e que se for o caso, pode colocar em votação junto ao Conselho até o final da reunião.

3º Ponto de Pauta | Finalização da apreciação da Programação Anual de Saúde - PAS 2021

3.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Anunciou que em seguida o conselheiro Emerson fará a leitura de uma carta da Comissão Intersetorial de Saúde Mental ao Conselho e Gestão.

3.2 Emerson Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul

Fez a leitura integral da carta que se encontra em anexo.

3.3 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Informou que a carta lida foi o documento elaborado pela Comissão de Saúde Mental e que foi encaminhada pelo Conselho à Diretoria de Atenção à Saúde e que resultou na pauta que será apresentada no tempo oportuno nesta plenária. Concluiu sua fala acrescentando que o Tiago iniciaria sua apresentação das alterações, acréscimos e ajustes solicitados pelos conselheiros na Programação Anual de Saúde de 2021.

3.4 Tiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde

Agradeceu o convite e informou que foram feitas algumas discussões sobre certos pontos que ficaram pendentes dentro do relatório por parte da Diretoria de Atenção à Saúde. Foram feitos alguns encontros importantes para tratar dos assuntos: Saúde Bucal, Saúde Mental e a questão das Listas de Pacientes.

Uma das questões que trouxe foi com relação a Carteira de Serviços dos Agentes Comunitários de Saúde, que trata de redefinir as competências do Agente Comunitário de Saúde segundo a necessidade dos serviços de APS. Informou que esse item foi retirado da PAS 2021.

Seguiu para o próximo ponto, a questão das listas de pacientes, em que a meta era estruturar e implantar em 100% dos Centros de Saúde novas formas de vinculação entre

usuários e equipes de saúde, não obrigatoriamente restritas à área territorial, acabou sendo retirada, suprimida na PAS 2021.

Declarou que em relação à Saúde Mental, algumas metas, indicadores e ações foram alteradas.

A primeira foi definida como Monitorar Financiamento para viabilizar a implantação do CAPS AD IV, através de um indicador de Recurso Financeiro Federal para a implantação do CAPS AD IV acompanhado e como ação acompanhar repasse de recurso financeiro federal no site do e-gestor.

Segunda meta de estabelecer os fluxos entre os diferentes serviços da Rede de Atenção Psicossocial, foi alterado o indicador para Protocolo de acesso em saúde mental ser desenvolvido, e a ação foi alterada para elaborar o protocolo de acesso de saúde mental, pois é muito difícil encontrar um protocolo de acesso.

Apresentou a próxima meta de qualificar a assistência de saúde mental na Rede Municipal de Saúde, foi mantida com pequena alteração no indicador e na ação, o indicador foi definido em Percentual de equipes de Saúde da Família/ equipes de Atenção Primária (eSF/eAP) capacitadas para atender às situações de Saúde Mental mais prevalentes da população. Como ação ficou estabelecido captar 100% das eSF/eAP para atender as situações de saúde mental mais prevalentes naquele nível de atenção.

Abordou uma nova meta referente a realizar reposição dos profissionais de saúde mental aposentados, exonerados ou falecidos nos últimos cinco (05) anos, através da ação de realizar concurso e ou processo seletivo para a reposição conforme possibilidade orçamentária pontuou que não se encontram nesse momento dentro de gasto orçamentário anterior, relatou que conforme conversa com responsável da parte orçamentária, para essa situação há duas alternativas, aumentar o orçamento ou cortar despesas para acomodar esse novo gasto.

Seguiu para uma nova meta de implementar PICs (Práticas Integrativas Complementares), nos CAPS, pois nenhum CAPS no momento está trabalhando com PICs, a meta será alcançada através de duas ações: Capacitar profissionais dos CAPS nas principais PICs oferecidas na rede municipal e ofertar PICs aos usuários dos CAPS.

Relatou que as próximas metas apresentadas seriam no tocante a Assistência Farmacêutica.

Relatou a alteração do indicador e ação da meta de ampliar o número de farmácias de referência dentro da estrutura existente da APS, o indicador será o número de farmácias de referências adicionais abertas, e a ação será a abertura de farmácias de referências no CS Capivari e Centro.

Esclareceu que a meta de ampliar o número de UDM - Unidade de Dispensação de Medicamentos Antirretrovirais na APS, saindo de zero para abrir uma UDM em farmácia de referência na estrutura física da APS.

Apresentou uma alteração na ação da meta de ampliar o acesso aos medicamentos do componente especializado, a primeira ação será em quantificar a necessidade de técnicos administrativos para comporem a equipe de farmácia para que os mesmos realizem, além de atendimentos, a parte burocrática da farmácia, como preparo de malotes, separação das guias de medicamentos para unidades descentralizadas, contato telefônico com os usuários, dentre outras atividades e convocar os profissionais acima, conforme disponibilidade orçamentária.

Continuou para a próxima meta, que foi mantida, de qualificar a assistência farmacêutica, como indicador será usado o percentual de profissionais farmacêuticos realizando consultas clínicas e prescrição farmacêutica definida em protocolo, com a meta de pelo menos 25% da Rede. Apresentou as ações para a meta: Finalizar os protocolos de acesso ao matriciamento e prescrição farmacêutica, capacitar os profissionais farmacêuticos e implantar os protocolos na Rede e capacitar os profissionais atuantes nas farmácias municipais no processo logístico e entrega de medicamentos.

Informou que as próximas metas seriam referentes à Saúde Bucal.

Seguiu para a meta de qualificar a clínica de Atenção Primária à Saúde, por meio do programa PACK (Practical Approach to Care Kit - Kit de Cuidados em Atenção Primária) Floripa 2021, onde o indicador alterado foi o percentual de profissionais médicos, enfermeiros e odontólogos treinados no programa PACK Floripa 2021, capacitando 100% da Rede, por meio da ação de produzir e lançar o PACK Odonto 2021 (versão impressa) então distribuir para 100% dos dentistas da Rede Municipal de Saúde como um todo e seus respectivos residentes.

Apresentou uma nova meta de adequação de sete (07) consultórios odontológicos conjuntos para o atendimento individual, onde o indicador seria o número de consultórios odontológicos adequados através da ação de articular as ações de reforma e ampliação previstas para 2021, para adequação dos consultórios odontológicos conjuntos, em parceria com o setor de obras da SMS, encerrando assim a apresentação.

Concluiu informando que em relação a cobertura da Saúde Bucal, a ideia era ampliar para 50%, mas não foi possível no momento.

3.5 Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul

Questionou sobre a ausência na apresentação sobre a questão de implementação de leitos de Saúde Mental junto ao Hospital Universitário de Saúde Mental Infantil, Hospital Infantil Joana de Gusmão e a reforma do CAPS II na Ponta do Coral.

3.6 Edenice Reis da Silveira, Diretoria de Inteligência em Saúde

Justificou que os dois Hospitais citados no questionamento, estão fora da área de governança, pois são Hospitais Estaduais, sendo assim o que é possível se fazer, é encaminhar a carta do Conselho, solicitando reuniões com essas instituições e pedir participação da Secretaria Estadual, cobrando um posicionamento sobre essas duas ações.

Informou que tanto ela como Thiago devem se mobilizar para encaminhar os questionamentos, cobrando um posicionamento do Governo Estadual.

Sobre a situação do CAPS II Ponta do Coral, argumentou que estão sendo efetuadas obras, com recursos próprios e emendas parlamentares.

Passou a palavra para Thiago complementar sua resposta.

3.7 Tiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde

Complementou que a informação passada pelo setor de obras foi que a licitação foi aberta no dia primeiro de Dezembro de 2020 e que o processo está em análise de documentação.

3.8 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Complementou que sobre o questionamento dos hospitais, é possível realmente levar a demanda ao nível Estadual. Quanto ao questionamento do CAPS Ponta do Coral, informou que os recursos financeiros já estão separados, e que a obra segue seu trâmite licitatório normal, e que a empresa ganhadora é que vai informar o prazo necessário para término da obra.

3.9 Carla Oliveira, Associação Alegre Mente

Cumprimentou a todos os presentes e levantou um questionamento sobre a previsão de normalização do serviço no CAPS Ponta do Coral, pois está funcionando somente na Terça-Feira e Quinta-Feira presencialmente.

Pontuou sobre a importância dos dispositivos da Saúde Mental e por último ressaltou a solicitação de um Psiquiatra Holístico para o CAPS.

3.10 Tiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde

Informou que estão cientes da situação levantada no CAPS Ponta do Coral, que já se fez convocação via concurso público, chegando a um assistente social, um psicólogo e um psiquiatra. Levantou que está sendo feito um levantamento das necessidades de contratação para atenção nesse ponto da Rede e aprovação do Comitê Gestor na semana anterior à Reunião.

3.11 Márcia Silva Rodrigues, Coordenadora Atenção Psicossocial, Saúde Mental PMF

Argumentou que os três servidores aprovados pelo Comitê Gestor, já foram publicados no Diário Oficial.

3.12 Filipe de Barros Perini, Gerência de Integração Assistencial SMS Florianópolis

Complementou a questão sobre a preocupação com toda a RAPS, e que está se fazendo o possível para a retomada das atividades no CAPS, e que há muito a ser feito.

Destacou o recebimento dos três (03) novos profissionais, mesmo sendo para uma equipe mínima, já é um começo para a retomada das atividades diárias no CAPS.

Levantou que o que foi possível fazer nesse instante: “De lá para cá, a gente vem fazendo uma puxada de todos os lugares, de pessoas potenciais para poder fazer uma escala que possa suprir, mas temos uma clareza de que para estar no CAPS, a pessoa tem que ter perfil e saber lidar com Saúde Mental e ter uma noção de acolhimento...”

Finalizou informando que uma previsão de acolhimento diário, seria para o final de Janeiro após a chegada desses novos profissionais.

3.13 Marcos Revillion de Oliveira, Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade

Cumprimentou a todos e se apresentou. Destacou que no plano de Assistência Farmacêutica, no item 8.5, que colocava o “Aumento das Farmácias de Referência” dentro da estrutura já existente da APS (Atenção Primária em Saúde), no primeiro plano constava que seria aberto “Farmácias de Referência adicionais dentro do CS Ingleses, Itacorubi, Tapera, Capivari e Centro”, mas nessa segunda versão apresentada há alguns instantes, informa somente no Capivari e Centro, sendo assim questionou o motivo dessa alteração.

Antes de passar a palavra, pontuou a título de exemplo, a necessidade no Bairro da Tapera ter como referência um Centro de Saúde para retirada de medicamentos, devido ao alto número de usuários.

3.14 Tiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde

Destacou a importância da ampliação do número de Farmácias de Referência, mas que por questões orçamentárias, essa ampliação acabou sendo diminuída, além de várias outras ações que no momento não conseguiram ser alocadas dentro do orçamento.

3.15 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Segundo ele a questão levantada por Marcos é pertinente, que se está buscando a descentralização de todas as ações, para que a população possa ser atendida o mais próximo da sua residência. E que na medida em que o orçamento se estruturar, nos próximos anos, com toda certeza serão feitos avanços nos próximos PAS (Programação Anual de Saúde), a serem elaborados.

Finalizou informando que essas questões do plano anterior que foram retiradas, passam a ser encaradas como prioridades na medida em que se tenha “folga orçamentária”.

3.16 Josimari Telino, Conselheira Representante Universidade Federal de Santa Catarina

Questionou se houve mudanças em mais alguma ação que foi apreciada anteriormente pelo Conselho, pois acredita ser uma questão importante, visto a aprovação do PAS 2021.

Levantou outro questionamento sobre o item relacionado aos Agentes Comunitários de Saúde, pois é preciso entender quais são as suas atribuições, e que na reunião realizada para tratar do assunto, ficou evidenciado que a gestão não tinha clareza sobre isso. Mas que em nenhum momento o Conselho acenou com uma necessidade de retirada, assim declarou não entender a decisão da gestão de excluir, ao invés de continuar a definição após a apreciação do Conselho.

Pontuou que referente à Saúde Bucal, seu questionamento é referente se foi retirada ou reduzida à meta sobre a questão da porcentagem da cobertura apresentada anteriormente.

Sugeriu a inclusão na PAS 2021, delineamento de uma política de Saúde Bucal, e das ações a criação de um grupo de trabalho já para 2021.

Pontuou que sobre a Saúde Mental, sugeriu que a Gestão Municipal possa assumir dentro de sua programação as ações para pactuar junto à Gestão Estadual a abertura de leitos nos hospitais.

Finalizou sobre a questão da normalização da Saúde Mental nos CAPS, sugerindo definir prazos, e se possível, estabelecer isso como meta ou ação.

3.17 Tiago Barra Vidal, Diretoria de Atenção à Saúde

Argumentou que sobre os Agentes Comunitários de Saúde, o fato de eles não constarem na PAS, não significa que não volte a ser revisitado no futuro, e que se achou mais interessante trazer posteriormente essa discussão para se construir coletivamente e com mais tranquilidade, junto ao Conselho.

Sobre a Saúde Bucal, informou que o Município definiu como meta 50%, e que essa questão de 60% e que por questões de tempo, não conseguiu fazer essa discussão junto a reunião de Diretores.

Quanto à regularização das questões levantadas sobre Saúde Mental, fica muito difícil estabelecer datas, pois o trâmite de contratação pode levar até 75 dias, ainda mais nas questões de logística das obras, pois não é algo dentro de sua “governabilidade”.

Afirmou que as questões de Farmácias de Referência foram a única alteração na PAS 2021.

Informou que ia aguardar a fala de Sylvio para tentar entender melhor a questão da Comissão de Saúde Bucal levantada.

3.18 Sylvio da Costa Júnior, Central Única dos Trabalhadores

Saudou a todos, informou que foi realizada uma reunião ampliada do CMS, com a temática da Saúde Bucal, e uma das questões colocadas foi a situação dramática da Saúde Bucal em Florianópolis, levantou ainda a ausência de indicadores de qualidade de serviço prestado na área, a reposição de apenas um profissional, frente a saída de outros 26 profissionais nos últimos quatro (04) anos, sendo assim classificou que a

Saúde Bucal se encontra abandonada no município, e como resultado, acaba negando acesso a Saúde Bucal para os usuários.

Levantou que o papel do Conselho, é além de cobrar, propor saídas e ideias, sendo assim sugeriu a criação de uma Comissão de Saúde Bucal do CMS, e essa comissão faria proposições de políticas públicas de Saúde Bucal à prefeitura e debatendo dentro do Conselho.

3.19 Filipe de Barros Perini, Gerência de Integração Assistencial SMS Florianópolis

Declarou que acredita que a ideia da Comissão é muito interessante e bem-vinda, e que possa absorver toda essa necessidade da população em conjunto com a Câmara Técnica da Saúde Bucal, é possível construir Políticas Públicas voltadas para o atendimento da população.

Opinou que as estruturas estão enfraquecidas, por falta de participação das pessoas presentes nesses espaços, e “a ideia é que isso conceda mais voz, além de fazer desses lugares, espaços efetivos que produzam realidade palpável aos usuários.”

3.20 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Destacou uma consideração, de que o Conselho Local da Tapera está se movimentando junto ao Ministério Público devido a falta de Dentista e os ofícios não surtiram efeito.

3.21 Edenice Reis da Silveira, Diretoria de Inteligência em Saúde

Antes de se colocar a PAS 2021 em votação, esclareceu que o questionamento levantado sobre os leitos de Saúde Mental em hospitais gerais, foi incluído na PAS, como uma ação, na área da Saúde Mental: "Articulação com os hospitais para inclusão de leitos em Saúde Mental."

3.22 Sylvio da Costa Júnior, Central Única dos Trabalhadores

Fez uma consideração, de que devido a Saúde Bucal estar nesse “vazio de orientação política”, em 2016 foi criada a Câmara Técnica de Saúde Bucal, formada por dentistas da prefeitura, porém por mais que as propostas fossem apresentadas, acabavam sendo barradas por falta de autonomia, assim não avançando pela falta de espaço político.

Pontuou que o objetivo da criação dessa comissão de Saúde Bucal do CMS, não é ser um espaço paralelo da Câmara Técnica e sim complementar, inclusive sendo possível debater essas questões neste espaço político.

3.23 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Colocou em regime de votação a criação da Comissão de Saúde Bucal do CMS, sendo aprovada por unanimidade.

3.24 Josimari Telino, Conselheira Representante Universidade Federal de Santa Catarina

Deixou registrada a possibilidade de participação externa de pessoas convidadas para fazer assessoria nesta comissão.

3.25 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Colocou em regime de votação a Programação Anual de Saúde 2021. Por unanimidade é aprovada a PAS 2021 com os acréscimos relatados pelo diretor Thiago.

3.26 Josimari Telino, Conselheira Representante Universidade Federal de Santa Catarina

Realizou a leitura de uma carta (Anexo 1) que relata o que ocorreu nesses três encontros, além de trazer uma solicitação do grupo que participou, para assim submeter a aprovação do conselho, e encaminhar se for o consenso de todos.

3.27 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Informou que qualquer pessoa está suscetível a ter “dias ruins”, e que devido a isso, esse tipo de situação pode ocorrer, entretanto fez questão de ressaltar o ótimo trabalho do Gerente João Mello da Silveira citado na carta, mas que vai verificar com Tiago a possibilidade de articular essa discussão com outras pessoas, já que o Conselho está trazendo essa demanda.

Finalizou dizendo que o conflito só tende a trazer perdas, e que é preciso diálogo, acima de tudo.

3.28 Josimari Telino, Conselheira Representante Universidade Federal de Santa Catarina

Justificou que o Conselho sempre se posiciona no consenso, e para continuar neste caminho, foi feita a solicitação, destacou ainda que em nenhum momento o Conselho questionou a capacidade profissional do Gerente citado na carta, mas sim buscando uma melhor interlocução.

3.29 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Informou que recebeu a solicitação, sugerindo assim seguir para o próximo ponto de Pauta.

4° Ponto de Pauta | Atualização da situação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS

4.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Informou que a Coordenadora Márcia apresentaria esse item de Pauta. E que as respostas dadas pela área técnica davam um retrato da Rede de Atenção Psicossocial no município.

4.2 Márcia Silva Rodrigues, Coordenadora Atenção Psicossocial, Saúde Mental PMF

Relatou que a apresentação foi elaborada através de questionamentos levantados na 183ª Plenária e na última reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho (CISM), e que alguns desses questionamentos já foram contemplados anteriormente, desse modo como forma de otimização de tempo, seria mais objetiva.

Observação da Secretaria Executiva: a seguir alguns trechos contidos na resposta da área de Saúde Mental, e o documento na íntegra está disponibilizado no Portal do Conselho Municipal de Saúde

http://portal.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/cms/?p=ver_noticia&id_noticia=288

10. Quais são as maiores dificuldades encontradas para manter o acesso a essa rede de serviços?

As principais dificuldades da rede para atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: - Baixa resolutividade da APS do município na atenção às questões de saúde mental em geral, ainda mais crítico para a infância e adolescência; -Dificuldade de acesso/baixa resolutividade da pediatria NASF para as questões de saúde mental; - Tendência à medicalização das questões de saúde mental infanto-juvenil pela dificuldade de acesso à avaliação e acompanhamento psicológico na rede; -Fragil atuação do PSE (programa de saúde na escola) nas questões de saúde mental dos estudantes das escolas municipais; -Formação deficitária/falta de capacitação dos professores da rede municipal de educação para as questões de saúde mental de crianças e adolescentes; -Formação deficitária/falta de capacitação dos profissionais da assistência social (CRAS e CREAS) para as questões de saúde mental de crianças e adolescentes; -Número insuficiente de profissionais da psicologia atendendo na APS; -Inexistência de oferta de atendimentos coletivos (grupos ou oficinas) pontuais ou longitudinais; -Formação deficitária/falta de capacitação dos psicólogos/psiquiatras da rede para a atenção à infância e adolescência; -Oferta de CAPS infanto-juvenil subdimensionada para a população do município; -Inexistência de serviço de saúde mental infanto-juvenil 24h.

11. Quais os gargalos encontrados para atender a demanda? -Faltam serviços; -Faltam profissionais; -Falta capacitação/educação permanente dos profissionais.

13. Existe hoje na cidade uma falta de atenção psicossocial adequada para crianças e adolescentes na rede, como solucionar esse descompasso entre a demanda e a oferta? -Repor profissional faltante para o CAPSi;-Ampliar a equipe do CAPSi (terapia ocupacional, psicopedagogia, serviço social, psicologia, psiquiatria); -Ampliar e qualificar a avaliação e o acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes na APS; -Implantar grupos e oficinas terapêuticas para crianças e adolescentes na APS; -Implantar um CAPSi 24h no Município, para garantir retaguarda de atenção integral durante período noturno e finais de semana

14. Internação hospital para a faixa etária infantil. Alta complexidade: falta de leitos psiquiátricos infantis no HIJG, usuários sendo regulados pela SES e internados no

Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria em Joinville; HIJG de Florianópolis atende urgência até 15 anos incompletos (estabilizando e encaminhando também para Joinville), desta forma em caso de urgência de 15 a 18 anos para onde encaminhar? Em que situação está a viabilização da abertura de leitos de Saúde Mental no Hospital Infantil Joana de Gusmão?

-Não existe regulamentação do Ministério da Saúde para serviços de urgência em saúde mental específicos para crianças e adolescentes; - Conforme Portaria da RAPS, os CAPSi devem fazer o atendimento a situações de crise e, quando tipo III, ofertarem acolhimento noturno e aos finais de semana para os usuários que apresentarem essa necessidade;-A decisão do HIJG em não atender a população entre 15 e 18 anos na sua porta de urgência é arbitrária, não estando respaldada pela Portaria da RAPS nem pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;-Na prática, essa recusa produz a internação dessa população em hospital psiquiátrico, muitas vezes a partir de intervenção do próprio Ministério Público que obriga o IPQ a recebê-la;-Em vista da falta de perspectiva oferecida pela Direção do HIJG sobre a abertura dos leitos, a demanda foi encaminhada à SES, Ministério da Saúde, Ministério Público e às Frentes Parlamentares Municipal e Estadual em Defesa da Reforma Psiquiátrica

4.3 Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Relatou um depoimento pessoal, que sempre foi uma pessoa reticente à Saúde Mental, pois não acreditava no trabalho de um Psicólogo, mas a vida o ensinou a acreditar, no momento em que o mesmo precisou.

Finalizou pedindo que a Saúde Mental tenha um lugar e receba os insumos necessários para desempenhar este papel fundamental junto à população.

4.4 Carla Oliveira, Presidente da Associação Alegrementemente

Falou a respeito da importância dos profissionais da Saúde Mental, que a luta pela manutenção desses serviços ao longo de tantos anos, é porque dá resultado e surte efeitos visíveis nas comunidades, nas pessoas atendidas.

Fala a respeito dos problemas que encontram no INSS. É muito complicado, pois tem pessoas que não recebem o benefício porque o INSS alega que precisa estar escrito no laudo que a doença é incapacitante. Então o “ teu transtorno tem que te tornar incapacitado para você receber o benefício, mas as vezes a situação é temporária e não a vida inteira.”

4.5 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Agradeceu Carla Oliveira pelo depoimento e reafirmou que é sempre importante “porque nos aproxima mais dessa realidade”.

Colocou que esteve presente na reunião da CISM e “que posso dizer que houve um momento de muita comoção em relação ao reconhecimento dos profissionais que

trabalham com a Saúde Mental dentro da nossa rede, a qualidade, o compromisso desses profissionais para com os usuários principalmente neste momento de pandemia, que aflorou ainda mais os nossos problemas. A CISM como Comissão de Saúde Mental, que acompanha todo esse trabalho que vem sendo feito nessa área, deu um grande reconhecimento aos profissionais que trabalham na nossa Rede de Atenção Psicossocial”.

4.6 Josimari Telino, Conselheira Representante Universidade Federal de Santa Catarina

Parabenizou a Comissão pela elaboração das perguntas e a Equipe Técnica pelas respostas que “ao ouvi-las, entendemos o grau de dificuldade que temos na área.”

Destacou a importância da atenção do CMS à Saúde Bucal e Saúde Mental, definindo as prioridades, para que as propostas de fato resolvam os problemas.

Lembrou que 2021 é o ano de elaboração do Novo Plano de Saúde para os próximos quatro (04) anos, declarando que o Conselho deseja participar no processo de discussão, ao invés de somente analisar após a elaboração. Finalizou deixando como sugestão que a Saúde Bucal e Mental sejam destaque no próximo plano.

4.7 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Ressaltou o que já foi levantado, sobre a necessidade de melhorias em várias áreas, mas que em algumas delas é necessário um olhar mais crítico perante os demais órgãos executivos.

4.8 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

Saudou a todos e fez a leitura de uma carta recebida da Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial de Santa Catarina, para a aprovação do Conselho (documento na íntegra está disponibilizado no Portal do Conselho Municipal de Saúde)

http://portal.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/cms/?p=ver_noticia&id_noticia=289

Esta carta é um manifesto em repúdio ao desmonte da Política Nacional de Saúde Mental do Sistema Único de Saúde. A carta informa que em reunião do Conselho Nacional de Secretário de Saúde (CONASS), foi criado um Grupo de Trabalho que apresentará no dia 17/12/2020, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), uma proposta que configura uma “Nova Política de Saúde Mental”. A prévia apresentada da proposta encontra alinhamento com uma única categoria profissional: a dos psiquiatras, organizados através da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), e preconiza o retorno do hospital psiquiátrico e do ambulatório como principais serviços.

Foi enfatizado, também, que a Frente Ampla em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial em Santa Catarina encontra-se alinhada a todos os que lutam por moradia digna, pelo combate a todo tipo de discriminação (população LGBTQI, população negra, indígena e quilombola, movimento de mulheres, entre

outros), por acesso a educação de qualidade a todos, pela defesa dos direitos de todos os cidadãos de ter uma vida digna e livre.

Finalizou a carta informando que seguem lutando intensamente na defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial em Santa Catarina.

Declarou então sobre a possibilidade do Conselho Municipal de Saúde assinar esse manifesto em defesa da Saúde Pública.

4.9 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Colocou em regime de votação a assinatura do manifesto proposto, sendo aprovado por unanimidade.

Encerrou esse ponto, e seguiu para o quinto ponto de Pauta.

5° Ponto de Pauta | Informes (Secretaria Executiva, CLS, CDS e Gerais)

5.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Informou que a Comissão de Práticas Integrativas Complementares (PICS), solicitou pauta para essa reunião, mas não havia espaço para apresentarem a cartilha Guia de Plantas Medicinais de Florianópolis. Sendo assim solicitam pauta com este fim para início de 2021 e também a aprovação pelo Conselho de um pedido que estão fazendo ao Ministério da Saúde (MS), postergar para julho de 2021 a finalização desse Projeto da Cartilha que se encontra em fase de prestação de contas.

Atendendo ao pedido da Comissão PICS, é colocada em votação a dilatação do prazo para junho de 2021 da finalização do Projeto “Capacitação de Profissionais da Atenção Básica de Florianópolis” do Ministério da Saúde 2013, sendo aprovado por unanimidade.

Passou a fala para o conselheiro Emerson efetuar a leitura da Resolução nº 15 proposta e discutida no início da reunião, em relação a *COVID-19*.

5.2 Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Efetuoou a leitura da Resolução nº 15 *em que o Conselho Delibera pela Recomendação de Cumprimento do Protocolo de Medidas Restritivas para Classificação de Altíssimo Risco e Ampla Divulgação para a Sociedade das Informações Atualizadas Sobre a COVID 19 no Município.* (em anexo)

5.3 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Colocou a Resolução nº 15 em votação, que foi aprovada por unanimidade.

Seguiu para o próximo informe, que se tratava de um convite do Fórum de Políticas Públicas, para a participação dos Conselheiros na realização do planejamento para 2021,

no dia 18/12/2020. Acrescentou que seria interessante pelo menos dois (02) Conselheiros representarem o CMS nessa reunião. O Conselheiro que apresentou interesse em participar foi Emerson de Jesus Duarte.

O Informe seguinte, é um documento enviado pelo CLS de Jurerê, passando a fala para Zeli efetuar a leitura do Ofício.

5.4 Zeli Sabino, Conselheiro Local de Saúde e Titular CDS Norte, Coordenadora CLS Jurerê

Através do Ofício solicitou a instalação de uma tenda na frente da Unidade de Saúde ao lado direito para que os usuários tenham o mínimo de proteção, frente a precariedade da estrutura física. Outra solicitação foi a abertura de uma porta no lado esquerdo, para não ocorrer aglomeração de suspeitos de COVID-19 com outros pacientes, já que hoje, há apenas uma porta de entrada e saída da unidade.

Por fim, questionou ao Dr. Paraná sobre a situação do terreno que poderia ser usado para a construção de um novo CS de Jurerê.

5.5 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Respondeu os tópicos apresentados por Zeli Sabino. Afirmou que iria dar destinação para o Sandro, responsável pelas questões das obras.

Sobre a questão do terreno, “durante as eleições, eu recebi de vários candidatos a vereador, ideias fantásticas de soluções de problemas, mas não tenho nenhuma informação oficial de qualquer possibilidade”.

Ressaltou que nesse ponto, é preciso retomar esta discussão, "porque afinal de contas, nós vamos precisar executar durante o ano que vem a obra do novo Centro de Saúde”.

5.5 Zeli Sabino, Coordenadora do Conselho Local de Saúde de Jurerê e Titular CDS Norte

Contou que, quando perguntam a ela sobre esse assunto, responde: “o que para nós conta, são aquelas áreas que já foram apontadas e é necessário ser definido. Já que não se chega a um consenso, que digam quando que vão resolver esse problema”.

Afirmou que foi solicitado ao CMS que encaminhasse um ofício ao Ministério Público pedindo uma reunião para se chegar a uma solução.

5.6 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Trabalhou que um dos terrenos que está sendo colocado como disponibilizado para a construção do Centro de Saúde, é um terreno onde ficava a antiga boate KM7. Lote esse que havia sido arrolado numa operação, sendo assim, impossibilitado de construção.

Após isso, reafirmou que a empresa Habitasul falou que os terrenos estavam todos liberados e que não havia nada pendente. Para que fosse possível levar em consideração a proposta feita de doação deste terreno por parte da Habitasul, existiria

uma conversa com o Ministério Público para verificar se realmente o terreno não possui nenhum problema jurídico para poder dar continuidade ao processo.

Ressaltou que existem duas situações: "uma situação de que acho que deveria ser ali e outra situação das pessoas que acham que deve ser utilizado o campo de futebol que pertence a Associação porque ficaria mais próximo para o pessoal de Jurerê Tradicional". Duas disputas que ocorrem o ano inteiro.

5.7 Zeli Sabino, Coordenadora do Conselho Local de Saúde de Jurerê e Titular CDS Norte

Relatou que "a princípio tínhamos um terreno que o IBAMA/ICMBIO impediu de construir por ser lugar de preservação ambiental. Segundo, tínhamos um terreno que foi apontado pelo prefeito como ideal, ao lado do Templo Ecumênico em Jurerê Internacional, por ser da Prefeitura sendo que, nesta mesma ocasião, uma Associação de Moradores foi contra se construir o CS no local".

Continuou o desabafo e afirmou que, após isso, apontaram o terreno do antigo KM7 para a construção.

Zeli reafirma que o Conselho Local de Saúde de Jurerê não está escolhendo lugar, que o importante é a definição de um local onde seja possível a construção. Como as partes não chegaram a um denominador comum optou-se por envolver o Ministério Público para solucionar o impasse.

5.8 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Deu razão a Zeli Sabino Contou que o medo é "ao lançarmos o projetor, termos todas as licitações embargadas com problemas jurídicos de inviabilidade da construção, o que irá atrasar por um período enorme".

Indicou também, que queria ver como o Ministério Público lida com o terreno situado em Algas, se será possível suprimir a vegetação para a construção do Centro de Saúde.

Assim que o MP autorizar, planejam entrar com solicitação de data para ter um respaldo jurídico no lançamento do edital estatal para que não haja um embargo durante a construção.

"Nós fomos à reunião com a comunidade duas vezes, participamos da reunião com o Prefeito e a situação não se resolve então vou tentar falar com o MP para clarear as questões jurídicas".

Ressaltou que é uma situação complexa, que estão agoniados para resolver todas as questões para que seja possível iniciar as obras do Centro de Saúde de Jurerê.

5.9 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Lembrou que a primeira reunião em que acompanhou o secretário foi feita com a comunidade de Jurerê em 2017.

5.10 Zeli Sabino, Coordenadora CLS Jurerê e Titular CDS Norte

Falou que ano passado, foi a mesma conversa, que vão entrar para o quarto ano sem uma definição para o terreno. Questionou se em 2021 o problema será resolvido.

5.10 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Respondeu que estão torcendo para que seja. Que o Prefeito Gean Loureiro já informou que se derem a ele uma posição de consenso, no dia seguinte começará as obras.

5.11 Zeli Sabino, Coordenadora CLS Jurerê e Titular CDS Norte

Falou que tal discussão é preconceituosa. “Se os moradores de uma rua não querem, então não vamos construir o Centro de Saúde?”

Afirmou que aprendeu com alguns Secretários anteriores que diziam “quando se precisa abrir uma rua, independe da comunidade querer ou não, aquela rua pertence ao Município, Estado, Brasil e Mundo. Um Centro de Saúde não atende uma rua, atende uma região como um todo. Então porque deixar 3, 4 pessoas que conseguem embutir na cabeça de outras que não querem que seja construído em determinado lugar? Vamos deixar mais uma vez essas pessoas tomarem conta disso e dizer que: nós não queremos e deu?”.

5.10 Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde

Salientou que em 2021 será “batido o martelo” nessa questão.

5.11 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Informou que a seguir o Conselheiro Marcos dará um relato da reunião de ontem sobre o Plano de Vacinação do Município.

5.12 Zeli Sabino, Conselheiro Local de Saúde e Titular CDS Norte, Coordenadora CLS Jurerê

Pediu para que antes disso fosse tratado o assunto sobre a tenda e a abertura da porta no Centro de Saúde de Jurerê.

5.13 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Informou que tais pedidos já estão contidos no Ofício que será encaminhado para o Secretário Adjunto Sandro, que cuida da parte administrativa e após isso entraria em contato com o posicionamento repassado.

5.14 Marcos Revillion, Secretário Adj. CLS Tapera

Agradeceu a Diretoria de Atenção à Saúde, a Sandra que apresentou o Plano de Vacinação do Coronavírus.

Contou que foi uma reunião muito boa, que o Município já está pensando em vários aspectos. Falou que é necessário entender que pode vir um plano Nacional que é um

plano Federal, que por isso estão dependendo um pouco, mas que o Município já está tomando certas providências caso precise Municipalizar a vacinação.

Falou ainda que já possuímos estudos avançados em certas vacinas, como a de Oxford, a da CoronaVac e a vacina da Pfizer. Cada uma tem uma eficácia, uma forma de ser armazenada e distribuída.

Relatou que foi bem trabalhado a questão da logística que se tem no Município, que será possível a contratação de novos profissionais, porque os que já existem não darão conta.

Não se sabe quando será a vacinação mas que já está se pensando vários cenários para isso. Está se pensando na experiência da vacinação deste ano para a aplicação da vacina do COVID.

Informou que um dos prédios da UFSC que não está sendo utilizado será direcionado para o armazenamento da rede de frio e que também se está pensando em mais 4 centros de vacinação ao longo dos distritos. Foi levantada a questão de prioridade, pessoal da saúde, idosos, e por aí vai.

São duas doses da vacina, mas além de fazer a vacina, é necessário manter todos os cuidados de higiene que está se tomando hoje.

5.15 Sandra Costa, Enfermeira integrante da equipe da Diretoria a Saúde

Sandrinha agradece a oportunidade de ter apresentado ao Conselho o Plano Municipal de Vacinação no dia anterior, 14 de dezembro em reunião ampliada da Câmara Técnica. Não quer ser repetitiva nas informações passadas no relato do conselheiro Marcos e por isso se coloca a disposição para tirar dúvidas dos demais participantes da plenária.

5.16 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Questionou se alguém teria alguma pergunta a fazer para a Sandra ou alguma consideração sobre a vacinação no município. Diante do silêncio dos conselheiros passou para o 6º ponto de pauta.

6º Ponto de Pauta | Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 185

6.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS

Afirmou que a próxima reunião, segundo o que foi discutido e decidido na Mesa Diretora, será dia 23 de fevereiro. Que, devido a pandemia, se for necessário algum encontro antes, será feita a convocação. Os pontos de pauta até o momento serão: Atualização da COVID 19 em Florianópolis e Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre 2020.

6.4 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde

“Não tem sido um ano fácil, mas é um ano que está nos possibilitando vivenciar uma coisa que espero que a população mundial não vivencie nos próximos 100 anos. Tem sido uma fonte de aprendizado, de reflexão, de tentar entender o outro mesmo quando ele pensa totalmente diferente de você...não é fácil isso. E espero e quero desejar a todos nós Conselheiros um Feliz Natal. Muito obrigado pela ajuda durante esse ano”.

Assim, encerra-se a Plenária 184ª.

Conselheiros Presentes

Presidente

1. Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde.

Governo Municipal

2. Edenice Reis da Silveira, Secretaria Municipal de Saúde;
3. Audenir Cursino de Carvalho, Secretaria Municipal de Assistência Social.

.Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

4. Karin Gomes Paz, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;
5. Deise Maria Pacheco Gomes, Conselho Regional de Nutricionistas da 10ª Região;
6. Marcos Revillion de Oliveira, Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade;
7. Pierre Guedes de Araújo, Academia Catarinense de Odontologia;
Karine Arruda Flores, Academia Catarinense de Odontologia (Suplente).

Instituições públicas ou privadas de ensino

8. Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Entidades Populares

9. Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias;
10. Irma Manuela Paso Martins, Instituto Arco-Íris;
11. Janaina Conceição Deitos, Federação Catarinense de Mulheres;
12. Roseane Lucia Panini, Associação de Moradores do Campeche (Suplente).

Entidades de Aposentados e Pensionistas

13. Maria Helena Possas Feitosa, Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Conselhos Distritais de Saúde

14. Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro;
Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro (Suplente);
15. Adélio José da Costa, Conselho Distrital de Saúde Norte;

16. Emerson de Jesus Duarte, Conselho Distrital de Saúde Sul.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

17. Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores (Suplente).

Entidades Ausentes

Governo Municipal

18. SME – Secretaria Municipal de Educação;

19. SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Governo Estadual

20. SES – Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

21. AHESC - Associação de Hospitais de Santa Catarina

22. SINDLAB – Sindicato de Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia de Santa Catarina;

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

23. SOESC | Sind. Odontologistas no Estado de SC

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

24. SINDSAÚDE - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis

Entidades Populares

25. UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade de Santa Catarina;

26. PPI - Pastoral da Pessoa Idosa

27. CONFIA | Cons. Comunit. Lot. Jd. Anchieta, Flor Ilha e Jardim Germânia

Conselhos Distritais de Saúde

28. CDS Continente - Conselho Distrital de Saúde Continente;

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

29. ESTRELA GUIA - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

30. GAPA/SC - Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS

Ausência justificada

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

31. SINDPREVS/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

32. AMUCC - Associação Brasileira de Portadores de Câncer

Participantes e Convidados

1. Gerusa Machado, Secretária Executiva do CMS;
2. Ana Paula Haisi Klita
3. Ana Paula Maçaneiro
4. Ramona Moraes
5. Carla Oliveira
6. Ingrid Pires
7. Fabio Dias
8. Tânia Teixeira
9. Thiago Vida
10. Sandra Costa
11. Gilmar Antonio de Almeida
12. Erádio Gonçalves Jr
13. Evely Cremonese
14. João Paulo Mello da Silveira
15. Felipe de Barros Perine
16. Glaucia Dias
17. Helena Rodrigues
18. Ionara Bernardi
19. Jose Rodrigues
20. Josiane Fonseca
21. Juliana Simas
22. Juliano Zanin Ferreira
23. Leandro Pereira Garcia
24. Luana Trevisan
25. Lucas Alves
26. Madson R. Rodrigues
27. Melina Nicolazi
28. Nathália J. Tavares

29. Priscila Valler
30. Rafael dos Santos
31. Talita Cristiane Rosinski
32. Talita Frandoloso
33. Valeska Pivato
34. Zeli Sabino

Glossário de Siglas e Abreviaturas

COIS	Consórcio Intermunicipal de Saúde
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda Grave
CMS	Conselho Municipal de Saúde
COVID-19	Sars-CoV-2 / Coronavírus
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
CLS	Conselho Local de Saúde
CS	Centro de Saúde
CISM	Comissão Intermunicipal da Saúde Mental
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
PIC	Práticas Integrativas e Complementares
APS	Atenção Primária à Saúde
E-SUS	Estratégia do Departamento de Saúde da Família para reestruturar as informações da Atenção Primária em nível nacional
CELK	Sistema de Informação da SMS
PAS	Programação Anual da Saúde
PACK	Practical Approach to Care Kit - Kit de Cuidados em Atenção Primária
APS	Atenção Primária em Saúde
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MP	Ministério Público
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ANEXOS

Anexo 1

RELATO DAS ATIVIDADES DO CMS APÓS A APRECIÇÃO DO PAS 2021

Prezados conselheiros, Senhor Presidente,

Atendendo ao que foi pactuado na última reunião do CMS em 24 de novembro de 2020, representantes deste conselho estiveram reunidos nos dias 01, 08 e 11 de dezembro para entender e discutir com a equipe técnica da gerência da Atenção Primária os seguintes temas: atenção à saúde bucal, papel dos agentes comunitários de saúde e projeto piloto da lista de pacientes.

No primeiro ponto, após uma apresentação feita pela equipe, o conselho pode refletir e questionar sobre diferentes aspectos da atenção à saúde bucal e dentre outros aspectos definiu-se pela necessidade de composição de um grupo de trabalho para melhor aprofundamento do tema, composto por conselheiros, profissionais de saúde bucal da rede pública municipal e por convidados externos.

No segundo ponto, representantes do conselho assistiram a uma apresentação da equipe técnica, fizeram seus questionamentos e constatou-se que a equipe ainda não sistematizou as atribuições e papel do Agente Comunitário de Saúde com o detalhamento necessário para melhor entendimento por parte do CMS. Ficou acordado que tão logo tenha tais definições, uma nova reunião será agendada com o conselho, antes do encaminhamento da portaria para publicação.

O terceiro encontro contou com a participação de um número significativo de profissionais da rede, residentes, professores da universidade convidados, além de conselheiros municipais, conselheiros locais, equipe da gerência e diretoria da APS. Assistimos a apresentação e escutamos relatos de parte da equipe de algumas unidades de saúde que participaram do piloto. Novamente promoveu-se um debate sobre alguns pontos do tema.

Tais espaços são fundamentais para que o conselho entenda e acompanhe a implantação das propostas aprovadas ou que carecem de aprovação por esse colegiado. Porém, cumpri-nos relatar que em alguns momentos das reuniões, o gerente da APS pareceu não entender o papel do conselho municipal de saúde e ter

dificuldade ou paciência para responder a alguns questionamentos que lhe são feitos. Isso já ocorreu em duas outras ocasiões quando em 2019 uma comissão discutia a proposta da lista de pacientes. Na última sexta-feira, no entanto o gerente da APS passou dos limites, sendo desrespeitoso e grosseiro com um dos convidados do CMS. Em um espaço democrático o respeito mútuo é imperativo. Pedimos desculpas ao convidado e ficamos extremamente desconfortáveis com tal postura. Nesse sentido, solicitamos a diretoria da APS com a anuência do senhor secretário de saúde para que não mais designe como interlocutor da secretaria o atual gerente da APS. O CMS é um órgão deliberativo, composto por um conjunto de representantes legítimos da sociedade, que tem cumprido seu papel e merece todo o respeito, assim como os seus convidados.

Josimari Telino – Representante dos conselheiros presentes nas três reuniões de Câmara Técnica realizadas nas datas citadas acima.

Anexo 2

RESOLUÇÃO Nº. 15/CMS/2020

DELIBERA PELA RECOMENDAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO DE MEDIDAS RESTRITIVAS PARA CLASSIFICAÇÃO DE ALTÍSSIMO RISCO E AMPLA DIVULGAÇÃO PARA A SOCIEDADE DAS INFORMAÇÕES ATUALIZADAS DA COVID 19 NO MUNICÍPIO.

O Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº. 10.167, de 14 de dezembro de 2016 e no seu Regimento Interno, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 184^a, realizada no dia 15 de dezembro de 2020,

Considerando:

1. Que vivemos um momento difícil em nível mundial com a pandemia de uma doença infecciosa de altíssima velocidade de disseminação e potencial de óbito e importantes sequelas físicas e psicológicas;
2. Que até o momento não dispomos de medidas preventivas farmacológicas com eficácia comprovada para o COVID-19, apesar de alguns avanços das pesquisas e imunobiológicos, com incerteza ainda de sua disponibilidade;

3. Que as medidas de proteção para evitar o contágio, com comprovação científica até o momento adotadas e orientadas, por organismos internacionais, como a OMS e instituições de pesquisa, são o distanciamento social e a adoção de medidas de proteção individual como o uso de máscara e álcool 70 quando for inevitável a aproximação e circulação para atividades essenciais;
4. Que os dados epidemiológicos da Matriz de Risco indicam um aumento expressivo e contínuo do número de casos e de óbitos em Florianópolis, nos últimos dias, mantendo-nos em um patamar gravíssimo da doença;
5. Que foi apresentada a atual situação da evolução da criticidade da Pandemia no município, com alta taxa de ocupação dos leitos hospitalares e, principalmente, com a proximidade das festas de final de ano e o início da temporada de verão;

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar:

- a) Que o Executivo Municipal cumpra o protocolo de classificação de Risco Potencial Gravíssimo, elaborado pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, com base em evidências exitosas, para garantia da segurança sanitária da população de Florianópolis e seus visitantes;
- b) Realização de uma campanha massiva de rádio, televisão e redes sociais para divulgação dos dados atualizados relativos à COVID 19 com orientações claras de prevenção e cuidados para a sociedade;
- c) Que as orientações do Governo de Estado de Santa Catarina não sejam um balizador para que ações mais restritivas sejam decretadas, pois o que deve nortear as medidas sanitárias é a situação epidemiológica do Município de Florianópolis, pois segundo decisão recente do Supremo Tribunal Federal os Municípios tem competência para tomar as medidas necessárias para combater a Pandemia em seu território, sendo assim, este Conselho entende que não fazê-lo é omissão.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.